

ASFOC-SN



BRASIL SOB RISCO

Sindicatos de 160 países, reunidos em Buenos Aires, incorporam luta dos trabalhadores contra o desmonte do Estado brasileiro. Asfoc-SN estava lá!



**NÃO É REFORMA
DA PREVIDÊNCIA!
É O FIM DA
SUA APOSENTADORIA
E DO FUTURO DOS
SEUS FILHOS**

PSI

LA LUCHA EN DEFENSA DEL ESTADO



**FIOCRUZ, HÁ MAIS DE UM SÉCULO EM DEFESA
DA SAÚDE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Contra a Reforma da Previdência

Milhares vão às ruas em defesa da aposentadoria,
Saúde, Educação e C&T.

Págs. 4 e 5

Brasil, um país a caminho do caos

S eis meses de governo e nada a comemorar. Só desmonte e destruição. Nenhum projeto construtivo. Nada sobre desconcentração de renda ou inclusão. Nada sobre o fortalecimento do mercado interno. Ao contrário, o desemprego bate recordes; cresce o número de moradores de rua; a desindustrialização se aprofunda; Ciência, Tecnologia e Educação amargam cortes e contingenciamentos jamais vistos; a saúde agoniza enquanto prosperam as doenças crônico-degenerativas e se verificam surtos epidêmicos de enfermidades transmissíveis, muitas delas anteriormente sob controle. A tônica é a destruição. Destruição de políticas de saúde exitosas e consagradas internacionalmente. Destruição do Mais Médicos. Destruição das políticas e programas sociais. A política ambiental é um verdadeiro atentado à ecologia. O uso largo e indiscriminado de agrotóxicos envenenam cotidianamente nossas mesas, nossos solos, nossos rios e nossas bacias hidrográficas. O PIB em queda vertiginosa; o Estado ausente e precarizado; o serviço público sob fogo daqueles que querem negar direitos básicos da cidadania à população. A censura, a violência e a ignorância substituem a inteligência, o debate civilizado e a produção e difusão do conhecimento. O crime organizado, a despeito da morte de inocentes nas trocas de tiros nas comunidades, continua firme. O tráfico de armas e drogas dá sinais de prosperidade e está longe de desaparecer. A imagem do país no exterior é péssima e nossa soberania se encontra fortemente ameaçada. Com a Reforma da Previdência aprovada no 1º turno da Câmara dos Deputados damos mais um passo em direção ao abismo social e ao abandono de todos. Rompem-se os laços de solidariedade expressos na Constituição de 1988. Presenciamos um ataque sem precedentes ao Estado de bem-estar e às instituições do Estado democrático de direito.

Deixamos de cuidar de nós e passamos a nos subordinar aos interesses do rentismo, das grandes corporações internacionais e da geopolítica norte-americana. Empresários da fé transformam a religião em negócio e palanque a serviço do que há de pior em nossa sociedade. Apesar do uso das cores nacionais e dos discursos patrióticos inflamados contra a corrupção, estamos entregando o país; assistindo a compra de votos; convivendo com mecanismos fraudulentos de manipulação da opinião pública; com esquemas de enriquecimento ilícito; com o empoderamento de milícias e com escândalos de uma justiça seletiva e empregada para fins políticos legítimos e totalmente contrários aos interesses do país e da sociedade. Não só os fins passam a justificar os meios, mas os próprios fins se mostram deletérios.

Interesses paroquiais mesquinhos corrompem as nossas melhores instituições. Naturaliza-se o obscurantismo, a hipocrisia, a demagogia e a mentira como instrumentos de conquista do poder. Política, movimentos sociais, sindicatos, cultura e o conhecimento acadêmico-científico são censurados, hostilizados, colocados sob suspeita e criminalizados. Evidências científicas são desqualificadas

em contraposição à valorização ideológica de discursos vazios. A apatia e as forças cinzentas e tristes da ignorância e da maledicência se fazem presentes. A mediocridade se traveste de falsa dignidade e espírito público. Assistimos a um verdadeiro circo dos horrores e a um sequestro do Estado.

Necessitamos urgentemente fortalecer e ampliar nossa luta contra essa conjuntura hostil. Reconectar e dar vazão às forças criativas. Retomar a alegria da construção de um projeto civilizatório de país. Precisamos reatar os laços da solidariedade. Combater o abandono. Revelar toda a injustiça, manipulação, mentiras e equívocos presentes na noção de Estado mínimo. Resgatar o papel do Estado que não deve ser mínimo ou máximo, mas do tamanho das necessidades do país. Um Estado protetor da vida e do bem-estar social. Temos muito a fazer. Voltar a sonhar. Nos orientar por outros horizontes sem lugar para a selvageria de uma economia que não zela pela dignidade humana ou pela preservação de um equilíbrio ecológico saudável. Temos que construir o país que queremos. Solidário, inclusivo, pacífico, socialmente responsável e ambientalmente sustentável.

A Asfoc-SN acredita ser possível reverter a marcha do caos e da barbárie. Uma luta que transcende os muros da instituição e as fronteiras do país. Em um mundo globalizado e neoliberal, onde se verifica a plena movimentação do capital financeiro, precisamos, mais do que nunca, construir laços e instrumentos de luta de alcance internacional. Para isso apostamos na participação do nosso Sindicato na Internacional do Serviço Público (ISP), instituição vinculada à Organização Internacional do Trabalho presente em 160 países e que tem por finalidade defender o serviço público de qualidade como garantia efetiva do provimento dos direitos da cidadania. Congregar e conferir coordenação à luta dos trabalhadores do setor público em todo o mundo.

Acreditamos que é preciso lutar por uma concepção de progresso na qual a dinâmica das relações entre Estado, desenvolvimento econômico e sistemas de proteção social seja pensada a partir dos impactos das políticas sociais sobre o crescimento econômico e não somente deste último sobre as primeiras, como tradicionalmente se fez. Ou seja, dirigir os esforços sobre a capacidade do conjunto de políticas sociais de promover e facilitar o crescimento, concomitantemente ao desenvolvimento social. Acreditamos que é preciso lutar por programas de trabalho que, baseados na resolução dos problemas gerados pela extrema concentração de renda e consequente injustiça social, possibilitem a internalização e o domínio de tecnologias e conhecimentos capazes de dotar os países de mecanismos na defesa contra os efeitos de um mercado cada vez mais excludente e que não tem a preocupação com o bem-estar social como um dos seus objetivos. Acreditamos que seja possível construir um mundo multilateral que zele por relações internacionais equilibradas e solidárias que se pautem pela articulação do desenvolvimento social com políticas de desconcentração

de renda, Educação, Ciência e Tecnologia para todos. Um mundo para todos.

Apostamos também na retomada do espírito de 1988 na 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª +8), a ser realizada em Brasília, entre 4 e 7 de agosto de 2019. Seguramente, o evento para construção e determinação das diretrizes de política pública de maior participação popular do país - que contará com a participação da Asfoc-SN com delegados e observadores convidados. Um evento em que pretendemos defender a ideia de que qualquer projeto de desenvolvimento minimamente decente deve ter o bem-estar social como elemento central e prioritário e ao qual as metas econômicas devem estar subordinadas.

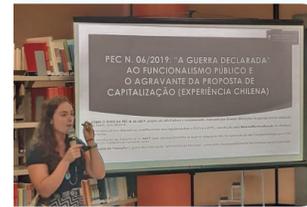
Se por um lado enfrentamos uma conjuntura bastante adversa, também é preciso reconhecer que crescemos e ampliamos o nosso leque de parceiros e o foco de nossas atenções. Temos a nitida noção de que as lutas locais e específicas mantêm solidas relações com a lutas nacionais e gerais do mundo do trabalho e do ordenamento internacional. Não travamos uma luta restrita a interesses pecuniários e corporativista. Nessa perspectiva, ampliamos nossas ações e nos aproximamos e estabelecemos parcerias com instituições/entidades como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Academia Brasileira de Ciências (ABC); Conselho Nacional de Saúde (CNS); Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Sindicato dos Médicos; Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase); Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (SINDIFISCO), a Associação Nacional de Servidores da Carreira de Meio Ambiente (Ascema- Nacional), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), A Associação dos Servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ASSIBGE), entre outras. Estamos promovendo a formação dos trabalhadores da Fiocruz e debates com especialistas em temas cruciais para futuro da instituição e do país. Estamos no Congresso Nacional, nas universidades, nos fóruns sindicais, nos movimentos sociais, nas lutas identitárias, nas ruas e praças. Estamos reforçando a coesão interna com a imprescindível participação e orientação de todas as regionais. Nossos fóruns se transformaram em reuniões frutíferas de troca e discussão dos temas caros à construção de um projeto nacional de desenvolvimento inclusivo e sustentável. Entretanto, ainda temos muito a fazer. Muito a aprender.

Cientes do muito a fazer e da importância da coesão institucional nesse momento de grave ameaça às nossas conquistas, conclamamos a todos a participar da defesa dos nossos direitos e da construção coletiva e plural do país que queremos. Vamos à luta com solidariedade, alegria e determinação!



Especialistas dizem não à Reforma da Previdência

Fotos: Jesuan Xavier



Desde a entrega simbólica da Proposta de Emenda à Constituição da Reforma da Previdência (PEC 6/2019) pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso, em 20 de fevereiro, a Asfoc-SN se debruça sobre o texto para interpretar o conteúdo. Em março deste ano, o Sindicato fez uma edição especial do jornal sobre os impactos negativos da proposta. (veja em www.asfoc.fiocruz.br)

Com amplo material em mãos, a Asfoc-SN ampliou as frentes de debate e, ainda no fim do mesmo mês, durante a realização do 4º Fórum das Regionais, afirmou categoricamente: a PEC ataca direitos e pune os trabalhadores.

Em abril, a direção do Sindicato levou o ciclo de debates de formação e mobilização a todas as unidades da Fiocruz no território nacional ("Mitos, mentiras e armadilhas da Reforma da Previdência") e reafirmou o veto total à proposta. Foram

23 reuniões com os trabalhadores nos últimos dois meses.

O Sindicato repudia e defende que, além de não resolver o problema das contas públicas, a PEC aprofunda a recessão e o desemprego, pois retira dinheiro do consumo das famílias. Trata-se, na realidade, de liberar recursos para o pagamento da dívida pública, um mecanismo perverso de transferência de recursos dos trabalhadores para os setores rentistas, beneficiários do grande negócio que virou a alimentação da dívida pública.

E a posição da Asfoc se mantém firme e inalterada mesmo após a aprovação em 1º turno da PEC da Reforma da Previdência na Câmara dos Deputados.

Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), "permanece um texto confuso, mal redigido, ambíguo, que desconstitucionaliza direitos e constitucionaliza obrigações". Para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), "continua necessária a revisão de vários pontos do projeto, para que se assegure o cumprimento efetivo dos direitos sociais inscritos na Constituição de 1988".

Debates

Em palestras sobre o tema, especialistas na área também se posicionaram contra a Reforma da Previdência. Durante seminário promovido pela Asfoc ("Inimigo Declarado: Os servidores públicos na Reforma da Previdência"), em 16 de maio, no Salão de Leitura do Instituto de Comunicação, Informação Científica e Tecnologia em Saúde Pública (Icict), a professora de Direito Previdenciário e Seguridade Social e mestre em Direito pela Universidade Paulista (Unesp) Júlia Lenzi afirmou que a PEC 6 não é um projeto de Reforma da Previdência. "É o fim do funcionalismo público e das políticas públicas".

Para a palestrante, a Proposta de Emenda à Constituição significa a destruição da Previdência Social. "Vai inviabilizar a maioria da força de trabalho. Defender o regime próprio dos servidores é defender o bem-estar de todos os trabalhadores", alertou.

Segundo ela, vários "bodes" foram colocados na sala pelo governo. E muitos destes pontos polêmicos serão possíveis negociar, como por exemplo: o Benefício de Prestação Continuada (BPC), as alíquotas dos servidores públicos e a pensão por morte. "A negociação destes pontos não altera em absolutamente nada o processo de desmonte da Previdência".

Júlia Lenzi, porém, alerta para quatro pontos inegociáveis por parte do governo: o aumento da contribuição para acesso à aposentadoria; a instituição e o aumento da idade mínima para a aposentadoria; a mudança na fórmula de cálculo da aposentadoria e a institucionalização da capitalização.

"Isso é inaceitável. Qualquer sinalização neste sentido representa uma grave traição à classe trabalhadora (...). Sou absolutamente contrária a qualquer forma de negociação neste texto da reforma".

Para a especialista em Direito Previdenciário, a Reforma da Previdência não deve ser implementada. De acordo com Júlia Lenzi, a reforma já é feita há 30 anos, com os mesmos erros e as mesmas justificativas infundadas.

"É muito mais fácil e cômodo retirar direitos dos trabalhadores do que enfrentar os grandes interesses dos capitais financeiro e industrial, que estão de olho nesta reforma para se apropriar desse fundo público formado por todas as contribuições da classe trabalhadora", finalizou.

EXPEDIENTE

■ DIRETORIA EXECUTIVA DA ASFOC - SINDICATO NACIONAL (E-mail: secretaria@asfoc.fiocruz.br) • Paulo Henrique Scrivano Garrido (Paulinho) - Presidente • Mychelle Alves - Vice-Presidente • Alcimar Pereira Batista - Diretor de Administração e Finanças • Luciana Pereira Lindenmeyer - Diretora Secretária-Geral • Gutemberg Brito - Diretor de Comunicação • Claudia Stutz Zubietta - Diretor de Articulação Regional • João Carlos B. R. de Freitas (Profeta) - Diretor Social e de Cultura • Washington Luis Mourão Silva - Diretor de Legislação e Assuntos Jurídicos • Bruno Amorim de Souza - Diretor de Esportes • SUPLENTE • Adilson da Hora Sampaio • Marcos Besseman • Carlos Fidelis Ponte • Sonia Pinho • Cláudia Maria Alexandre do Carmo ■ CONSELHO FISCAL • Luciana Frederico Milagres • Sonali da Silva Mota • Jorge Santos da Hora • Lindenberg Lins dos Santos • Carlos Henrique Viana Brito
 ■ DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO (Tel.: 21 2598-4231 Ramal 211 / E-mail: jornalismo@asfoc.fiocruz.br) • Gerência de Comunicação • Jesuan Xavier (Jornalista responsável) • Equipe • Fernando Taylor e Alessandra Monteiro de Castro (Jornalistas), Mario Cesar e Jorge Vieira ■ Fotografia • Jesuan Xavier • Fernando Taylor • Alessandra Monteiro de Castro • Mario Cesar ■ Impressão • Jorday Gráfica ■ Programação Visual • Mario Cesar

CONTATOS ASFOC-SN

■ Sede da ASFOC-SN - Av.Bras II, 4.365 - RJ - CEP 21040-360 ■ Secretária - 2598-4231 ■ Odontologia - 2598-4333 ■ Jurídico - 2598-4231 (R. 214) ■ Seguros - 2598-4231 (R. 218)
 ■ REPRESENTAÇÕES REGIONAIS DA ASFOC-SN: ■ Pernambuco / CPq Aggeu Magalhães - (81) 2101-2533 ■ Minas Gerais - Belo Horizonte / CPq René Rachou - (31) 3349-7710 ■ Brasília - Distrito Federal - Fiocruz Brasília - (61) 3329-4612 ■ Bahia - Salvador / IGM Gonçalo Muniz - (71) 3358-6853 ■ Amazonas - Manaus / CPq Leônidas e Maria Deane - (92) 3621-2397 ■ Paraná - Instituto Carlos Chagas - (41) 3316-3225 ■ Ceará - (85) 3215-6450 ■ Mato Grosso do Sul - (67) 3346-4480 ■ Rondônia - (69) 3219-6000





REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Luta continua, mesmo com aprovação na Câmara!



A pesar dos esforços das forças progressistas e da crescente de mobilização contra a Reforma da Previdência, a Proposta de Emenda Constitucional 6/2019, que trata do assunto, foi aprovada em 1º turno na Câmara dos Deputados no dia 10 de julho – até o fechamento desta Edição, os deputados ainda não tinham votado as emendas, num 2º turno de votação.

Bolsonaro”, que detalhou por completo o texto da Reforma da Previdência (PEC 6/2019).

Durante os encontros de formação e mobilização, os participantes se indignaram com a nocividade da PEC. Discuti-se também os principais problemas das contas públicas e algumas propostas para solucioná-los, como: a Auditoria da Dívida, a Reforma Tributária, o combate à sonegação e ao uso abusivo do Refis (programa de recuperação fiscal) e das anistias de dívidas de empresas com a Previdência e com o Fisco.

O presidente da Asfoc-SN, Paulo Garrido, afirmou que os trabalhadores seguem na linha de frente da batalha contra a PEC, que ainda precisa passar pelo Senado – o movimento Unificado também não descarta e avalia até uma luta judicial contra a Reforma, por desconsiderar pontos fundamentais da Constituição Federal. “A luta continua, nossa posição continua sendo pelo veto total à Reforma da Previdência”!

Houve uma crescente de mobilização! No dia 12 de junho, a Diretoria Executiva Nacional da Asfoc realizou uma Assembleia/ Plenária, que ratificou por unanimidade a adesão à Greve Geral convocada pelas Centrais Sindicais para 14 de junho.

Ao longo de dois meses, a Asfoc-SN realizou 23 Assembleias com os trabalhadores e estudantes de todas as Unidades da Fiocruz. Os dirigentes sindicais levaram à discussão o debate “Mito, mentiras e armadilhas propostas pelo governo

Antes mesmo da paralisação de 24 horas, e graças a mobilização dos trabalhadores de todo o país, o relator da proposta, o deputado Samuel Moreira (PSDB/SP), apresentou um parecer na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que acolhia parcialmente emendas. No entanto, o aspecto mais polêmico se mantinha: a possibilidade da retirada da proteção constitucional da seguridade social.



Assembleias – O ciclo de debates de formação e mobilização da Asfoc (“Mito, mentiras e armadilhas propostas pelo governo Bolsonaro”) nas Unidades da Fiocruz teve início no dia 10 de abril, com os trabalhadores do Instituto Carlos Chagas (ICC), em Curitiba. Desde então, o espaço aberto pelo Sindicato proporcionou uma participação expressiva e de qualidade dos servidores e estudantes da Instituição.

Puderam expor suas opiniões, esclarecer dúvidas sobre a reforma e dar contribuições à luta unificada. E esse foi o tom das reuniões em Farmanguinhos, no IOC, no Hélio Fraga, em Pernambuco, no Ceará, na Bahia, na Cogic/ICTB, na Esnp/Politécnico/Cogiplan, no INCQS, Biomanguinhos/INI, INCQS/ICTC/COC, Mata Atlântica, Presidência/ Cogepe/Cogead/IOC, no Amazonas, em Rondônia, em Minas Gerais, no Mato Grosso do Sul e na Expansão.

Após dois meses, o ciclo de Assembleias por Unidade teve a última rodada com os trabalhadores do Hélio Fraga, em 11 de junho.

A pressão e luta unificada continuam para vetar totalmente a proposta da Reforma da Previdência. “A reforma não ataca privilégios, favorece banqueiros e socializa prejuízos”, afirmou o diretor Carlos Fidelis Ponte em um dos encontros de formação e mobilização.

Greve Geral - Os trabalhadores da Fiocruz aderiram de forma expressiva à Greve Geral contra a Reforma da Previdência. Foram às ruas demonstrando unidade na luta. A destacar a significativa participação das coordenações regionais da Asfoc nos Estados.

“Os trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz e a Asfoc-SN estão de parabéns. Orgulho de ser Fiocruz! Somos uma força com expressão nacional”, ressaltou o presidente Paulo Garrido.

No Rio de Janeiro, os servidores participaram de diversas atividades: pela manhã houve panfletagem na portaria da Fiocruz. Os manifestantes também exibiram uma faixa para a população que passava pela Avenida Brasil - muitos, inclusive, buzinaaram em demonstração de apoio. Na manhã, também houve um protesto em frente ao Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into).

À tarde, estiveram presentes na Roda de Conversa “Contra os cortes e a Reforma da Previdência”, em frente ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), e no Ato Unificado, no Centro do Rio.

“Continuamos na luta, na resistência. Mulher negra, sim! Servidora pública com muito orgulho. Contra a retirada de direitos, contra os ataques ao SUS deste governo que não respeita Saúde, Educação, pesquisa, Ciência e Tecnologia”, afirmou a vice-presidente da Asfoc-SN, Mychelle Alves, em cima do carro de som na Candelária.

Em respeito à sociedade, a paralisação não afetou o compromisso dos trabalhadores da Fiocruz com as atividades assistenciais, de emergência dos hospitais e de produção de vacinas e medicamentos que pudessem gerar perdas nas linhas já iniciadas.





Fotos: Divulgação ISP Interamérica

Conferência Internacional Solidariedade aos trabalhadores do Brasil



Sindicatos de todas as Américas, reunidos em Buenos Aires, foram taxativos: o Brasil está sob risco. O desmonte do Estado brasileiro, em franca ascensão, já afeta o atendimento e a qualidade do serviço público a milhões de pessoas. Precisa ser combatido rapidamente, de uma forma articulada e unificada.

Essa foi apenas uma das principais resoluções da Conferência Interamericana Sindical, que aconteceu entre os dias 24 e 28 de junho, na capital Argentina. Convidada a participar do evento, a Asfoc-SN passou a integrar o grupo de sindicatos associados à Internacional de Serviços Públicos (ISP). Um relevante reconhecimento pelas ações e atividades sindicais desenvolvidas pelos trabalhadores da Fiocruz e um forte apoio às nossas lutas e bandeiras.

A ISP agrupa 635 sindicatos filiados em 156 países. Juntos, representam mais de 20 milhões de trabalhadores de serviços públicos em todo o mundo (veja quadro abaixo).

No 1º dia da Conferência, a direção da Asfoc-SN distribuiu uma nota (versões em português, inglês e espanhol) que ataca a onda neoliberal e conclama para a união contra os ataques aos direitos não só no Brasil como em outras nações. “Por um mundo possível e necessário” foi entregue aos cerca de 400 dirigentes sindicais do setor público de todas as Américas que participavam do evento.

“Temos orgulho de nos apresentar como militantes da saúde pública. Trabalhadores de uma instituição de ciência e tecnologia voltada

para o bem-estar social e para a construção de um país solidário e soberano. Uma instituição estratégica de Estado e patrimônio do povo brasileiro. É nessa condição de servidores públicos que vimos manifestar a nossa crença na capacidade dos trabalhadores de todos os cantos do mundo em forjar ações coordenadas de defesa ante o avanço da barbárie expressa pela selvageria de um capitalismo sem rédeas que ameaça a democracia e a paz. Um ataque frontal aos valores da dignidade humana e da civilização. Acreditamos que é possível construir sociedades mais justas...” – veja a íntegra da nota em www.asfoc.fiocruz.br

Na abertura do evento, a secretária Geral da Internacional do Serviço Público, a italiana Rosa Pavanelli, disse que é necessário fortalecer a região. “Numa perspectiva em defesa dos serviços públicos de qualidade e onde se garanta um trabalho decente e digno”.

Para a ISP, a onda de ataques aos movimentos sindicais também precisa ser enfrentada sob risco de “minar” as democracias nas Américas. “Sindicatos fortes para garantir os direitos trabalhistas e humanos!”.



Durante as reuniões de trabalho, a Asfoc apresentou pautas relevantes, participando ativamente das discussões. A Conferência aprovou uma série de resoluções construídas coletivamente: por uma seguridade social justa, contra a privatização da Saúde, em defesa dos serviços públicos, entre outras. Todas constarão do relatório final do evento, que será enviado aos representantes sindicais.

O presidente do Sindicato, Paulo Garrido, destacou a relevância do encontro na luta contra a perda de direitos em todo o continente. “A construção coletiva nos garantirá mais acertos e compromisso para a execução do programa de ação regional Interaméricas!”.

“Precisamos entender que os problemas enfrentados pela classe

trabalhadora são iguais em todos os países. Por isso, é urgente e necessária a união da classe trabalhadora!”, afirmou a vice-presidente da Asfoc-SN, Mychelle Alves.

A ISP também acatou a resolução de trabalho do Comitê de Racismo e Xenofobia (com participação ativa da Asfoc-SN), incorporando a campanha da Fiocruz sobre “Vidas Negras Importam”. No último dia da Conferência, que coincidiu com o Dia do Orgulho LGBTQI+, os participantes também se manifestaram contra todas as formas de marginalização e estigmatização relacionadas à orientação sexual, identidade de gênero e características sexuais.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Dentre os diversos assuntos debatidos ao longo de toda a semana na Conferência, a luta contra a proposta da Reforma da Previdência do governo Bolsonaro também se destacou. A Internacional de Serviços Públicos (ISP) acolheu a discussão e ampliou as bandeiras por uma Seguridade Social justa. No dia 28, também em Buenos Aires, a ISP participou do “Fórum Internacional em Defesa de uma Previdência Social Pública e Solidária”. Um evento da Confederação Latino-Americana e do Caribe de Trabalhadores Estatais, da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social do Brasil e da Confederação de Servidores Públicos do Brasil.

No Fórum, a secretária Geral da ISP, a italiana Rosa Pavanelli, destacou a importância da participação da Asfoc-SN na Conferência Interamericana e disse que a Internacional de Serviços Públicos também tem muito a ganhar com a integração do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz. “Fiquei muito contente com a recente filiação da Asfoc à ISP. Um Sindicato que vai acrescentar muito às nossas discussões. Pela experiência nos movimentos sociais e sindicais, profissionalização e capacidade de contribuir para o desenvolvimento de políticas de pesquisa e inovação.”



O QUE É A ISP

A ISP é a Federação Sindical Internacional - sindicato global - para os trabalhadores de serviços públicos. A ISP agrupa 635 sindicatos filiados em 156 países. Juntos, estes sindicatos representam mais de 20 milhões de trabalhadores/as de serviços públicos, que prestam serviço na administração pública, nos serviços sanitários e sociais, nos serviços municipais e das empresas de serviços públicos, como água, saneamento, energia elétrica, limpeza urbana, dentre outros.

A ISP trabalha pela defesa dos interesses dos trabalhadores do serviço público. Desde sua fundação em 1907, a ISP vem coordenando as lutas dos/as trabalhadores/as do setor público pela defesa de seus direitos, da justiça social e econômica e da qualidade e acessibilidade dos serviços públicos. A ISP é uma organização independente e representa oficialmente os/as trabalhadores do setor público na OIT (Organização Internacional do Trabalho) e tem status consultivo diante do ECOSOC (Conselho Econômico e Social da

ONU) e status de observador diante de outras organizações como a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e OMC (Organização Mundial do Comércio).

Trabalha em estreita colaboração com os sindicatos filiados para defender e estender os direitos dos trabalhadores, particularmente a liberdade sindical, o direito a negociação coletiva, assim como a igualdade de gênero, a equidade e a diversidade.

A sede internacional da ISP está situada em Ferney-Voltaire, próxima da fronteira franco-suíça e de Genebra. A ISP dispõe de escritórios regionais e sub-regionais nos seguintes países: Barbados, Bélgica, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Índia, Japão, Líbano, Malásia, Nova Zelândia, República Checa, Romênia, Rússia, Sul da África, Togo e Ucrânia.

A ISP do Brasil, com sede em São Paulo, representa os setores de: água/saneamento, energia, municipais, saúde, seguridade social, limpeza urbana. Hoje são 24 entidades filiadas.



Caso Brumadinho: Quanto Vale a Vida?

Lucro acima de tudo e lama acima de todos

Por Alessandra Monteiro de Castro

A Asfoc-SN repudia veementemente a busca desenfreada por lucro pela Vale em detrimento de vidas. Durante uma ação de solidariedade em Brumadinho, no dia 27 de março, em apoio à atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), os dirigentes do Sindicato acompanharam de perto o drama das famílias na região e as graves consequências do desastre.

A atividade ocorreu um dia antes do 4º Fórum da Asfoc-SN em Belo Horizonte, no Instituto René Rachou (Fiocruz/Minas). Durante o evento, o Sindicato levou especialistas da Fiocruz e de outras instituições para discutir os efeitos do rompimento criminoso das barragens em Brumadinho. O Sindicato também ampliou as denúncias contra o crime cometido pela Vale, durante a Conferência

Regional Interamericana da Internacional de Serviços Públicos (ISP), em Buenos Aires. Na ocasião, ressaltou o caráter universal da luta contra a destruição do meio ambiente. No que tange à saúde pública, a Asfoc reforça também a importância de aprofundar o debate na 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8), em agosto.

A tragédia aconteceu no dia 25 de janeiro deste ano. A população mundial se chocou com a destruição causada pelo rompimento das barragens da mina do Córrego do Feijão. Novamente, a Vale foi a vilã da história! A empresa brasileira, considerada uma das maiores do mundo no ramo da mineração, protagonizou um grande desastre pela segunda vez.

Em 2015, um crime semelhante ocorreu tendo a mesma como responsável. As barragens de Fundão, no subdistrito de Bento Rodrigues, nas proximidades de Mariana, romperam e causaram grande destruição no território. A empresa responsável pelo empreendimento nessa região era a Samarco, controlada pela Vale para executar a extração de minérios na área.

Diferente do rompimento que atingiu Mariana,

que afetou a população majoritariamente com perdas materiais, a catástrofe em Brumadinho foi ainda mais cruel. De acordo com informações do MAB, até o fechamento da reportagem (final de junho), 246 mortos foram identificados – além de incontáveis pedaços de corpos humanos e animais que ainda estão soterrados.

Além das vidas perdidas, dejetos contaminaram o Rio Paraopeba, um dos afluentes do São Francisco. Esse afluente representava o sustento de muitas famílias - regiões adjacentes viviam de pesca, horticultura e turismo rural. A poluição gerou graves problemas financeiros para os que moravam no local.

Foi o que aconteceu com o pescador Túlio Pereira, vindo do Espírito Santo. Ele se mudou para São Joaquim de Bicas, Minas Gerais, por conta das consequências da tragédia ocorrida em Mariana. Novamente, seu novo lar foi uma região afetada, dessa vez, pela poluição do Rio Paraopeba. O pescador conta que ainda não recebeu nada da Samarco,



e até hoje espera por justiça. Enquanto isso, depende de doações de cestas básicas da Vale e da ajuda de vizinhos para não morrer de fome.

“Só vejo peixe boiando no rio. Será que eu estou carregando a tragédia no meu corpo?”, questionou o pescador.

Geraldo Gonçalves de Oliveira, de 73 anos, conhecido como “Seu Dico”, também perdeu seu meio de subsistência. Ele vendia hortaliças plantadas nos fundos de seu pequeno bar e dependia da irrigação do Paraopeba. “Eu plantava salsa. Aí veio um mau cheiro, uma água suja, e tive que parar o serviço”.

Seu Dico também costumava pescar na beira rio, mas os peixes sumiram em função da poluição. O pescador passou então a coletar água diariamente na esperança do Rio Paraopeba retornar à sua condição anterior, antes do crime ambiental.

“Moro aqui há 20 anos, tenho até carteirinha de pescador. Eu mesmo fiz esse barco. Hoje, só tenho o bar, mas ainda tenho esperanças de voltar a plantar. Minhas sementes estão todas guardadas,” comentou.

A reportagem da Asfoc-SN também conversou com o garçom Marcos Antônio Ozório. Enquanto, vários moradores das proximidades de Brumadinho perderam seu meio de subsistência, ele perdeu dois parentes que trabalhavam na Vale.

“Eu quero que a Vale cumpra com seus deveres. Eu perdi minha irmã e meu cunhado. Nós queremos justiça! Dizem que eles sabiam que a barragem iria estourar, foi um assassinato. A dor que a gente está passando é muito grande. Nunca vamos esquecer isso”, afirmou, emocionado.

José Geraldo Martins, ativista do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), disse que esse crime foi considerado um acidente de trabalho ampliado, uma vez que surgiu dentro de uma planta industrial de produção de minério e extravasou os limites da empresa, atingindo dezenas de quilômetros da extensão do rio, além do meio ambiente e pessoas.

“Nós entendemos que a empresa Vale priorizou o lucro fácil e rápido em detrimento da vida das pessoas e da proteção do meio ambiente”, ressaltou.

Ele falou ainda sobre a importância de receber apoio de movimentos sociais e sindicatos diante da situação na região.

“A parceria com a Asfoc é estratégica para nós, pois o Sindicato representa os trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz, uma instituição de excelência conhecida mundialmente e tem como foco a saúde. O apoio de outros braços é fundamental, como o dos sindicatos e movimentos sociais”.

O presidente da Asfoc, Paulo Garrido, comentou sobre a articulação política de apoio a essa luta contra aqueles que atuam contra a saúde pública, o meio ambiente e a vida.

“A Executiva Nacional da Asfoc está aqui, junto ao MAB, numa ação política que demonstra nossa capacidade de atuar nas questões de importância na conjuntura do nosso país. Nossa instituição, a Fiocruz, trabalha com conceito amplo de saúde e o Sindicato abraça essa ideia. Vamos levar essa reflexão para a Conferência Regional Interamericana da Internacional de Serviços Públicos (ISP). Meio ambiente, soberania nacional, direitos da população, Saúde e Educação são agendas protagonizadas pela Asfoc”, disse Paulinho.

A vice-presidente do Sindicato, Mychelle Alves, também comentou sobre os impactos ao meio ambiente.

“Foi muito importante a Asfoc vir a Brumadinho para acompanharmos de perto a situação daqui. A gente vê muita dificuldade de subsistência da população ribeirinha por conta da poluição da água. Precisamos chamar muita atenção em relação a isso, pois somos trabalhadores de uma instituição de saúde pública. Estou levando algumas amostras de água para o INCQS para fins de pesquisa. O resultado do crime da Vale vai afetar ainda muitas gerações”, frisou Mychelle, que também chamou a atenção para a questão das mulheres.

“Sabemos que o machismo tem uma presença mais forte em regiões interioranas. Temos que pensar o quanto as mulheres estão sendo afetadas em relação a esse crime. Elas atuavam

muito na área do turismo rural e muitas ficaram desempregadas”, completou.

Coordenadora da Asfoc Minas, **Fernanda Rezende** destacou a visita a Brumadinho.

“Achei de suma importância nossa visita a Brumadinho e regiões atingidas. A Asfoc tem um papel superimportante de mobilização das pessoas diante do que ocorreu este ano. A Fiocruz também tem um papel fundamental, por ser uma instituição de saúde pública, que desenvolve pesquisas em âmbito nacional e, muitas vezes, internacional. Esse caso tem que ter uma atenção especial, principalmente nós, da Regional de Minas, que estamos tão próximos da área atingida”.

Morada do município de Mario Ramos, nas proximidades do Rio Paraopeba, **Cláudia Regina** de Freitas contou que ela e sua família saíram da cidade de Ibirité, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, para plantar e viver de horticultura. A chácara inicialmente era utilizada para ampliar a renda familiar com turismo rural. No entanto, com os dejetos no rio, tanto a horticultura como o turismo acabaram.

“Minha família continua na luta com a Vale para termos nossos direitos respeitados, mas a gente perde um pouco do brilho”, desabafou.

Leia no portal do Sindicato (www.asfoc.fiocruz.br) a íntegra da nota de solidariedade às vítimas do rompimento da barragem em Brumadinho, “Lucro acima de tudo e lama acima de todos”.





Fotos: Alessandra Castro

Quem pergunta demais?

Debate sobre Cortes no Censo de 2020 e Desmoralização do IBGE

Por Alessandra Monteiro de Castro



“Quem pergunta muito acaba descobrindo demais”. Esse foi o comentário do atual ministro da Economia, Paulo Guedes, para justificar a redução de perguntas na principal fonte de pesquisa social brasileira, o Censo. A partir dessa questão,

tão cara à democracia nacional e à produção científica, a Asfoc-SN participou do debate “Censo 2020 e Saúde – Importância para evidências científicas e políticas públicas”, no Salão de Leitura da Biblioteca de Manguinhos, no dia 4 de junho.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) começou a sofrer com a perseguição política desde o governo Temer. Mas, a atual gestão do presidente Bolsonaro alcançou o ápice, com ordens para reduzir o número de perguntas no Censo 2020.

A modificação do questionário gerou uma crise interna que culminou com a exoneração de dois diretores no dia 2 de junho. Segundo o jornal Valor, os servidores do IBGE atribuíram esse

fato à resistência de Claudio Crespo (diretor exonerado) em cortar partes do Censo.

Durante o debate na Fiocruz, muito foi discutido sobre quais fatores seriam determinantes para poder definir o que pode ser cortado, sem perder a qualidade da pesquisa. Também, houve o questionamento se para fazer esse tipo de análise, teria tempo hábil. Pois, antes de aplicar o novo modelo, o Instituto faz uma prova piloto. Esse mecanismo de teste, segundo o IBGE, é de suma importância para avaliar questões operacionais essenciais ao planejamento.

Na Mesa inicial, o diretor de Administração e Finanças do Sindicato, Alcimar Pereira Batista, repudiou os constantes ataques do atual governo aos servidores e, em específico, aos colegas do Instituto. “A Asfoc apoia os trabalhadores do IBGE e repudia ações antidemocráticas deste governo”.

Organizadora do evento e mediadora, a pesquisadora do Laboratório de Informações em Saúde (Icict) Dalia Romero ressaltou a importância da manutenção integral do Censo para a ciência e relembrou conquistas do passado. “Graças a muita luta, em 1988, a saúde se tornou direito de todos. Hoje nós vivemos uma desqualificação total da ciência”.

Muitos dos debatedores esclareceram a necessidade do questionário. O coordenador da Associação de Pós-Graduandos

da Fiocruz (APG-Fiocruz), Richarlles Martins, comentou a importância da integralidade. “O Censo é fundamental para nós. Defendemos um Censo integral, defendemos um país que se conhece”, afirmou categoricamente.

A presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Gulnar Azevedo, alertou como a medida de corte pode atrapalhar as pesquisas na área da Saúde. “Assim também, desqualificam a Fiocruz e as universidades, pois as pesquisas precisam do trabalho do Censo. Na saúde pública, se não temos uma estimativa populacional eficaz, não conseguimos saber o que precisa ser feito”, comentou.

Lúcia Souto, presidente do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes), repudiou a medida. “Essa medida é parte de um projeto que tem ódio ao conhecimento, é um ataque global à ciência e à inteligência!”.

A redução do questionário foi comentada pelo vice-diretor de Pesquisa do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), Christovam Barcellos, que ressaltou a importância do papel social dos dados populacionais para produção de políticas. “As informações auxiliam não só nas pesquisas, como na redução da desigualdade social”, frisou.

Depois do evento, Dalia Romero ampliou a campanha pela integralidade do Censo de 2020 com a criação de um abaixo-assinado.

Esse documento teve grande apoio da comunidade científica, com mais de mil assinaturas, principalmente de representantes da área da saúde (do Brasil e exterior). Dentre eles, o ex-ministro da Saúde, José Gomes Temporão, o Presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Ricardo Ojima, os pesquisadores da Fiocruz: Maria Fernanda Lima da Costa, Rômulo Paes de Sousa e Luiz Antônio Bastos Camacho, a Secretária de Avaliação e Gestão da Informação Adjunta no Ministério do Desenvolvimento Social e Diretora de Comunicação e Pesquisa na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Paula Montagner. E os demógrafos: Iuri da Costa, Luciana Lima, Flávio Freire, Maísa Cunha, Marcos Gonzaga, Sirlei Oliveira, Everton Lima, Cláudia Pereira, entre outros.

Confira o manifesto completo no link a seguir: <https://bit.ly/2KMaL9a>.

Diante desse debate, a Asfoc fez uma entrevista especial com a pesquisadora e sindicalista do IBGE Luanda Botelho, que apresentou durante o evento a campanha “Todos pelo Censo 2020”.



Luanda Botelho

“Então, o que podemos concluir é que eles têm medo que os dados do Censo mostrem que o país está piorando.”

Asfoc: Vocês estão sofrendo com cortes no Censo e alterações no próprio Instituto. Desde quando começou esse processo?

Luanda: Em 2018, foi anunciado que as verbas para a operação censitária relativas ao ano de 2019 seriam reduzidas em 40%. Depois, em 2019, 87% dessas verbas chegaram a ser contingenciadas. Após a pressão da campanha Todos pelo Censo, o contingenciamento baixou para 22%.

O orçamento para 2020 segue indefinido. Mais graves do que as restrições orçamentárias, principalmente pelo caráter excepcional no que diz respeito ao IBGE, é a interferência no trabalho dos técnicos que vinham construindo o Censo 2020 nos últimos 4 anos. Interferência essa, que resultou na exoneração dos diretores de Pesquisa e de Informática e na entrega de cargos da diretora de Pesquisas adjunta, de dois coordenadores e dois gerentes que trabalhavam de forma mais próxima ao Censo. Os cargos foram entregues pela discordância com a forma pela qual a atual direção do IBGE vem conduzindo o trabalho e que resultou, inclusive, na alteração drástica do questionário.

Asfoc: Em que o Censo pode ajudar a população? Qual é o seu principal papel na sociedade?

Luanda: Não tem um único setor da sociedade que não se beneficie da existência de um Censo Demográfico de qualidade. Se não conhecermos o padrão de deslocamento dos brasileiros pelo território, como fazer um planejamento de controle de doenças? Se não sabemos quais os bairros têm carência de saneamento, iluminação, pavimentação, calçada, bueiro, rampa para cadeirante, como fazer um planejamento urbano?

A iniciativa privada igualmente se beneficia do Censo, com informações sobre mercado de trabalho, formação da população e muitas outras que podem orientar investimentos mais eficientes.

As informações provenientes do questionário, base para as projeções e estimativas populacionais, também são usadas para a distribuição de recursos dos fundos de participação dos estados e municípios. Também para uso de royalties, para o monitoramento de políticas como o Plano Nacional de Educação e para o planejamento das próprias pesquisas do IBGE. Enfim, poderíamos passar o dia falando da importância do Censo.

Asfoc: O uso da tecnologia para execução do Censo (uma das questões colocadas pelo governo) pode ser um problema, já que uma parcela da população ainda não tem acesso à internet?

Luanda: O IBGE é referência em uso de tecnologia no Censo. Em 2010, nosso Censo já foi todo digitalizado, com uso de um dispositivo móvel de coleta. No mesmo

ano, inauguramos a coleta pela internet, mas, realmente, existem diversas barreiras na nossa realidade. Não só o acesso à internet não é universal, como o principal meio de acesso é o telefone, que pode ser mais limitado.

É importante considerar os resultados da prova piloto que realizamos em março desse ano, mesmo entre as pessoas que pediram para responder pela internet, apenas 6% de fato responderam.

Querer superar essas barreiras e outras já para 2020, não é factível. É um atropelo de planejamento e das etapas já realizadas. Essa discussão precisa ser travada com um horizonte em longo prazo.

Asfoc: Como tem sido a luta de vocês enquanto IBGE e como Sindicato (já que ambos têm a credibilidade questionada pelo governo)?

Luanda: Pelo IBGE, como Instituição, eu não posso responder. Os funcionários estão muito engajados na campanha Todos pelo Censo, que tem como principais objetivos garantir o orçamento do Censo 2020 e a autonomia do corpo técnico para a tomada de decisões quanto ao conteúdo e métodos. As reuniões de construção da campanha têm sido muito cheias, o que nos ajuda a movimentar nossas redes sociais e angariar apoio. Representantes da campanha têm participado de debates em universidades, entidades parceiras e outras instituições. Conseguimos articular a convocação de algumas audiências públicas no Congresso Nacional para tratar do tema. Fizemos um lançamento oficial da campanha com mais de 300 pessoas, com participação de três ex-presidentes do IBGE como debatedores.

Asfoc: Na sua opinião, essas ações do governo são, de alguma maneira, perseguição política ou visam algum interesse?

Luanda: Não podemos saber o que passa na cabeça de nossos governantes, mas o ministro da Economia afirmou claramente que quem pergunta demais descobre até o que não quer. Então, o que podemos concluir é que eles têm medo que os dados do Censo mostrem que o país está piorando.

Asfoc: A Asfoc esteve presente em manifestações juntamente com o Assibge-SN, contra os cortes e em defesa de direitos como a previdência. Qual é a importância dessa parceria?

Luanda: O governo parece estar empenhado em desacreditar as instituições que produzem conhecimento em geral. Está acontecendo com o IBGE, mas também com as universidades e com a Fiocruz. A defesa dessas instituições, do trabalho que elas realizam, é a defesa da Saúde, da Educação e de todos os direitos sociais.





FESTA DO TRABALHADOR

Com o enredo campeão do carnaval deste ano, "História pra Ninar Gente Grande", a bateria da Estação Primeira de Mangueira fez os trabalhadores da Fiocruz caírem no samba, durante a comemoração ao 1º de maio, Dia do Trabalhador. O evento aconteceu em 10 de maio, no campo de futebol da Asfoc-SN, que teve ainda as apresentações do grupo Essência do Samba e da Banda Prole. No final, juntamente com a bateria da Escola, o Batuca Oswaldo e o intérprete do Salgueiro e do bloco Discípulos de Oswaldo, Leonardo Bessa, encantaram o público.

O samba campeão da "Verde e Rosa" também enfatizou a luta dos oprimidos por uma vida digna e fez uma homenagem aos heróis ignorados pela história tradicional brasileira. Dentre eles, a vereadora carioca Marielle Franco. Quando a bateria tocou "Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês", todos se emocionaram.

Durante o evento, o presidente do Sindicato, Paulo Garrido, afirmou a importância da luta contra a Reforma da Previdência e o desmonte do Estado, repudiando cortes na Educação e em Ciência e Tecnologia.

"Todos os trabalhadores estão perdendo direitos, pois aqueles que governam querem a barbárie", afirmou Paulinho.

A vice-presidente, Mychelle Alves, comentou: "Nós, trabalhadores, estamos sendo penalizados diariamente e atacados pela proposta da Reforma da Previdência. Enquanto esse governo está tirando direito dos trabalhadores, também está exonerando dívidas de banqueiros e empresários. Estamos na luta e na resistência!"



ARRAIÁ DU OSWÁRDU

Na noite fria atrapalhou os trabalhadores da Fiocruz de festejar mais uma edição do Arraiá du Oswárdu, no dia 05 de julho, no campo de futebol da Asfoc-SN. O forró do Trio Manero e João de Adauto esquentou a noite, que contou ainda com a apresentação do DJ Alexandre. A tradicional quadrilha também animou a festa.

A Diretoria Executiva Nacional acredita que o evento é um momento importante para defender e valorizar a cultura popular brasileira.

O presidente da Asfoc-SN, Paulo Garrido, ressaltou que os eventos culturais do Sindicato são um importante momento de integração entre trabalhadores e estudantes da Fiocruz. Ele deu novamente as boas vindas aos novos concursados, mas lamentou que o governo não tenha atendido a reivindicação pelos excedentes. "Tivemos uma expressiva conquista com a posse efetiva dos novos servidores. No entanto, lamentamos a intransigência e falta de sensibilidade desse governo, que não atendeu nosso pleito pela convocação dos excedentes"

Trabalhadora da Fiocruz conquista título Brasileiro de Kickboxing

Apoiada pela Asfoc-SN, a pesquisadora da Fiocruz Karyne Rangel venceu em junho o 29º Campeonato Brasileiro de Kickboxing, em São Paulo. A pós-doutoranda do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CTDS/Fiocruz), de 45 anos, agradeceu ao Sindicato.

"É fundamental o incentivo ao esporte. Se não fosse a Asfoc, eu não poderia participar dos campeonatos. Estou muito feliz", contou a campeã.

De acordo com ela, a prática esportiva mudou sua vida e saúde.

"O kickboxing vai muito além do esporte. Quando comecei, estava passando por problemas na vida pessoal, além de estresse com o doutorado. Eu me sentia cansada e desmotivada para tudo. Mas, quando iniciei a prática deste esporte, passei a ter um bem-estar enorme. Voltei a ter confiança em mim mesma", ressaltou.